

Wilson Júnior: “Privatização da Eletrobras junto de eleição não assusta investidor”

FRIAS, Maria Cristina, GUTIERREZ, Felipe; UTSUMI, Igor; MARTÍNEZ-VARGAS, Ivan. “Entrevista com Wilson Ferreira Júnior: ‘Privatização da Eletrobras junto de eleição não assusta investidor’”. Folha de São Paulo. São Paulo, 11 de dezembro de 2017.

Uma das maiores operações do gênero na história do país, a privatização da Eletrobras vai ocorrer entre setembro e dezembro de 2018, diz Wilson Ferreira Júnior, presidente da estatal, à coluna. A coincidência com as eleições para presidente no Brasil não prejudicará a atratividade da emissão de ações, afirma.

"Nem investidores estrangeiros, nem brasileiros veem problema. Se tem uma oportunidade em um negócio de 30 anos, não tem nada a ver com eleição. Não tenho dúvida de que há interesse, porque são as últimas [usinas] no país. Depois delas, o mapa fica quase completo."

A privatização encontra resistência na Câmara e no Senado, inclusive de membros da base do governo.

"Se ela não ocorrer, vende-se usina a usina. A Eletrobras ficaria com todos os custos e perderia a capacidade instalada de 14 mil megawatt-hora (MWh), uma Itaipu. A Eletrobras aguenta? Duvido."

A troca de mãos da empresa será feita por aumento de capital. O governo não colocará recursos, sua fatia na companhia diminuirá, e ele perderá o controle societário.

A União terá uma "golden share", que lhe dará o voto decisivo em temas estratégicos. A desestatização vai incluir Chesf e Furnas, frisa.

O projeto de lei será encaminhado na semana que vem, diz. "Essa é a agenda do ministro [Fernando Coelho Filho, das Minas e Energia.]

Folha - Quanto a privatização vai levantar?

Wilson Ferreira Jr. – O valor vai depender das condições que vão colocar para as cotas. O que o governo colocou no Orçamento, e não é necessariamente só a descotização, foram R\$ 12 bilhões. Aí pode ter a perspectiva de que outras usinas que vão vencer lá na frente, por exemplo, Tucuruí, possam também ser antecipadas, mas é mera especulação. Não posso saber disso. Vou ser quem, ao preço que eles derem, terá de calcular se ele será bom ou não para a companhia.

Como o meu "equity" [ativo] é a descotização, eu vou pagar para ter um direito, e quem vai ceder esse direito é o governo, que não vota na assembleia. Se eu colocar R\$ 200 [MWh], vou ter de vender acima disso. Duvido, deve colocar

mais baixo...

Quanto?

Não sei, R\$ 150, R\$ 140, mais baixo, que seja factível colocar no mercado livre, em condições de satisfazer o negócio e não aumentar a tarifa.

Qual será o ritmo da descotização de 14 das hidrelétricas?

Haverá, provavelmente, um prazo para descotizar, já ouvi de três a cinco anos. Se tirar de uma hora para outra todas as cotas, não será bom para o mercado. Hoje há nas distribuidoras alguma sobrecontratação. Então, fazendo a um ritmo ponderado, permitirá que elas se beneficiem porque vão reduzir a sua sobrecontratação [há uma compra de cotas obrigatória, para garantir que haja energia para atender ao mercado, com alguma reserva].

Quando no segundo semestre vai ocorrer a operação?

Emissão é feita não quando você quer, mas quando quer quem compra. Será feita numa janela dos investidores no segundo semestre, na volta das férias americanas. Entre setembro e dezembro...

Época de eleição não preocupa o investidor externo?

Nem o estrangeiro e nem o brasileiro. Se tem uma oportunidade de um negócio em uma companhia, não tem nada a ver com eleição.

Mas podem querer alegar insegurança para baixar preço?

O negócio de infraestrutura é de 30 anos. Não tenho dúvida de que haverá interesse porque são as últimas [usinas]. Depois delas, o mapa fica quase completo.

Se houver um candidato considerado extremista pelo mercado na liderança, poderá prejudicar a transação?

Você me responda: e se não fizer? Você vende usina a usina. Se vender uma a uma, o que ocorre com a Eletrobras? Perde 14 usinas, quase 1/4 da nossa capacidade e fica com todos os custos e os problemas, os financiamentos, as discussões judiciais... [A Eletrobras] aguenta? Duvido.

E a dificuldade política?

Entendo que os grupos de interesses estejam articulados, faz parte da democracia. O sindicato deve ter os deputados que se alinham com as posições dele. Deputados ou governadores que entendem que têm direito extrapatrimonial na companhia, se não tem ação na companhia. Entendo que é uma empresa importante em algumas regiões e que queiram ter posição diferente.

Mas e os 200 milhões de brasileiros que teoricamente são donos da companhia? Que no ano passado viram que o Estado teve de aportar R\$ 3 bilhões na companhia para ela não quebrasse? Que saíram da conta de saúde, educação. Poderiam estar lá, e não conosco. O governo tem 60% da companhia, que não paga dividendo e nenhum centavo de imposto.

A AES Tietê, a Tractebel, fazem a mesma coisa, têm lucro, pagam dividendo aos acionistas, e Imposto de Renda para o governo. A Oi entrou em recuperação judicial com 6,2 vezes o Ebitda. Estávamos em 9 vezes, reduzi para 4,1 no último trimestre.

A venda de seis distribuidoras nas regiões Norte e Nordeste vai ficar para depois de abril?

Não, saem em abril. A Eletrobras vai ter de assumir o patrimônio líquido negativo delas para cada uma das seis valer R\$ 50 mil. O investidor que se comprometer a cobrar menos levará. No dia, o vencedor terá de depositar 30% do investimento a ser feito em cinco anos.

Chesf e Furnas ficarão de fora?

Nada fica de fora. A empresa que faz sentido existir é uma holding com suas quatro principais operações: Chesf, Eletronorte, Eletrosul e Furnas. É a sinergia da holding e o tamanho dela que fazem sentido. Já vamos ter de tirar Eletronuclear e Itaipu.

O projeto será muito importante. Algo que não se vê: o rio São Francisco nos últimos 20 anos perdeu muita água. Só se consegue recuperá-lo se investir entre R\$ 300 milhões e R\$ 500 milhões ao ano.

O governo esperará a decisão do STF sobre valores com que geradoras arcam ao não entregar a energia contratada?

Não sei de onde veio essa notícia, e nenhum ministro sabe. Mesmo se o governo quisesse aguardar a decisão do STF, o preço da privatização não mudaria.

ENTENDA O ENTRAVE

A cotização é um tipo de maneira de remunerar algumas usinas hidrelétricas. Implantada no governo Dilma, a ideia era baixar o valor da tarifa. Por ela, paga-se só custos operacionais das geradoras.

Para tornar a Eletrobras atraente para investidores, é preciso tirá-la desse regime e transformá-la em produtora independente que concorre em leilões para vender para distribuidoras ou no mercado livre.